

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS(ENEJA): ARTICULAÇÕES, PROPOSIÇÕES E DESAFIOS

Cristina Ferreira da Silva ¹
Eduardo José Fernandes Nunes ²

RESUMO

Este texto faz parte de uma tese a ser defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e tem como objetivo refletir sobre a importância dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos no Brasil como espaços fundamentais de articulação, proposição e resistência na luta por uma educação pública, inclusiva e socialmente referenciada. A pesquisa, de abordagem qualitativa e documental, analisa o XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), realizado em Belém (PA), em 2024, para investigar como os Fóruns EJA contribuem para a construção e defesa de políticas públicas voltadas a essa modalidade educacional. Para tanto, o estudo destaca os processos preparatórios para o ENEJA, incluindo momentos formativos e mobilizações prévias que envolvem educadores, educandos, gestores, universidades e organizações da sociedade civil de todo o país. Os resultados indicam que os debates promovidos no ENEJA fortalecem a construção de uma educação emancipatória e decolonial, fundamentada nos princípios de Paulo Freire, ao mesmo tempo em que ampliam o engajamento político dos envolvidos. Conclui-se que os Fóruns EJA desempenham um papel essencial na resistência contra a colonialidade, promovendo práticas educativas que valorizam os saberes e experiências de jovens, adultos e idosos. Os desafios levantados no encontro reforçam a necessidade de consolidar proposições que garantam uma educação justa, democrática e inclusiva no Brasil.

Palavras-chave: Decolonialidade, ENEJA, Fóruns EJA, Educação, Emancipação.

¹ Doutoranda do Curso de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia-UNEB-BA, crismpeja@gmail.com

² Professor orientador: Doutor em Análise Geográfica Regional, pela Universidade de Barcelona-ejnunes@uneb.com.br



INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil se configurou ao longo da história a partir de um contínuo movimento de pressão e emerge como uma modalidade educacional de extrema relevância, especialmente para os segmentos sociais historicamente marginalizados e economicamente desfavorecidos. Institucionalizada de maneira mais clara com o advento da educação elementar comum, a EJA se tornou um tema de política educacional a partir dos anos 1940, em um contexto onde a educação de trabalhadores adultos se mostrava fundamental para o crescimento industrial e econômico do país.

No entanto, apesar de sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional, a EJA foi marcada por políticas assistencialistas e compensatórias que não atendiam plenamente às demandas educacionais e sociais dos seus sujeitos. Ultrapassar esse modelo de educação compensatória era necessário para superar as desigualdades sociais, seguindo caminhos mais progressistas com políticas educacionais que atendessem de fato as especificidades dos jovens, adultos e idosos.

Desde a década de 1940, a EJA tem sido tema de discussão em conferências internacionais, nas quais buscavam fomentar políticas que considerasse não apenas a alfabetização, mas também o desenvolvimento integral dos sujeitos trabalhadores, articulando-se aos saberes e fazeres populares em uma perspectiva de desenvolvimento social. O compromisso dos sistemas educacionais públicos é, portanto, garantir esse direito à educação como uma responsabilidade do Estado brasileiro, proporcionando uma educação inclusiva, permanente, emancipatória e com qualidade social. Uma educação que garanta a permanência desses educandos nos espaços escolares e não escolares, conforme os princípios da educação popular.

Nesse contexto, a Constituição Federal (Brasil, 1998) marcou um avanço significativo ao reconhecer a EJA como um direito, fruto das lutas e reivindicações dos movimentos sociais organizados, que aprendeu a não ter medo de tudo o que foi dito para eles, que era proibido e inacessível e sobretudo, aprendeu a interpretar as proibições (Gohn, 2008). Nesse sentido, os movimentos sociais representaram a possibilidade de os sujeitos enfrentarem a concepção de algumas instituições em



compreender a EJA como uma política compensatória. No entanto, para reparar essa lacuna, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, reconhece a EJA formalmente como modalidade da Educação Básica, garantindo o direito à educação para jovens, adultos e idosos.

Também, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, expressas no parecer nº 11/2000 da Câmara de Educação Básica (CEB), reforçam essa perspectiva, defendendo uma educação de qualidade para trabalhadores e trabalhadoras frequentemente marginalizados. Por isso, a EJA se configura como um campo de luta por direitos sociais, enfrentando desafios tanto no que diz respeito à sua implementação quanto na efetivação de políticas públicas e práticas pedagógicas transformadoras que valorize os saberes, fazeres e as histórias de seus educandos com resistência.

Nesse contexto de desafios, dificuldades e de poucos avanços, os Fóruns de EJA se apresentam como defensores da EJA, proporcionando o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA). É um evento que acontece de dois em dois anos, sob a coordenação coletiva dos Fóruns de EJA do Brasil. Reuni educadora/es, eeducanda/os, gestora/es, pesquisadora/es, representantes de outros movimentos sociais e sindicais. Se constituem como espaços essenciais de luta, resistência e proposição, como também de denúncias e anúncios.

Os ENEJAs se organizam como importantes arenas de diálogo e participação democrática, de forma crítica e politizada promovendo encontros que visam discutir e formular propostas que possam fortalecer a modalidade de EJA, que nessa mesma perspectiva Siqueira (2023) defende como espaços marcados por diferentes práticas discursivas, de natureza política e propositiva, que contribuem para a formulação de políticas e práticas educacionais voltadas à modalidade.

É desse contexto, que iremos refletir sobre o XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos, realizado em Belém/Pará, entre 01 e 04 de agosto de 2024. O ENEJA é “espaço de diálogo e trabalho do movimento nacional dos Fóruns de EJA do Brasil” (Fórum EJA Brasil, 2024, p.01), espaço político, de luta, resistência e de construção coletiva, que no ano de 2024, teve como temática **"Educação, Democracia e Participação Popular: fundamentos para uma política pública nacional de EJA"**, considerado como marco importante que alerta a necessidade de uma educação de



qualidade socialmente referenciada e emancipatória.

Nesse sentido, refletir sobre o movimento Fóruns de EJA no XVIII ENEJA, coaduna diretamente com as discussões realizadas no componente curricular "Estudos Avançados em Educação e Contemporaneidade³", num contexto sócio-histórico que nos permitem destacar o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos como aliado que mobiliza, fortalece e luta por uma educação libertadora. Em que discute a importância de uma educação que enfrente as desigualdades sociais, com base na valorização dos saberes e da leitura de mundo, segundo Freire.

Esta reflexão contribui para uma compreensão mais aprofundada da importância dos Fóruns de EJA e do ENEJA na construção de proposições que fortaleça uma educação decolonial, rompendo com as práticas hegemônicas que segundo Oliveira, Nascimento, Hetkowski, (2023, p.8) “se faz necessário refletir sobre as matrizes de colonialismo, impostas na América, e conhecer a história da sua concretização para perceber as possibilidades de enfrentamento frente as amarras colonizadoras que persistem e que demandam libertação”. E dessa forma, valorizar os conhecimentos populares, buscando a equidade de gênero e igualdade étnico-raciais, a história e os direitos dos sujeitos da EJA, no contexto da inclusão, da democracia e da transformação social, em que a resistência e luta sejam a promotora da justiça social e da igualdade de oportunidades para todos a/os educanda/os trabalhadoras e trabalhadores desse país.

O artigo está estruturado em três seções principais. A primeira aborda os Cenários e Movimentos do XVIII ENEJA, oferecendo um breve histórico dos ENEJAs, discute o planejamento e a organização do último encontro. A segunda sessão trata da Educação de Jovens e Adultos no contexto atual, abordando as contribuições dos pensadores decoloniais e a necessidade de uma educação contra a colonização. A terceira e última sessão discute a concepção da pesquisadora membro do Fórum EJA no encontro, destacando as contribuições do ENEJA para o enfrentamento e desafios na efetivação das proposições aprovadas durante o encontro como garantia de direito. Por fim, as considerações e referências.

³ Este componente foi ofertado pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia.



1 CENÁRIOS E MOVIMENTOS NO/DO XVIII ENEJA

1.1 ENEJA: Que movimento é esse?

Após os anos de 1960, uma nova sociedade foi configurada, diferente da sociedade industrial que era governada pela técnica, pela produção e pelo mecanismo de acumulação e controle social da força de trabalho. Tivemos um movimento voltado para o poder, em que o investimento e a dominação estão localizados no nível da própria produção cultural, e dessa forma passou a ter centralidade a cultura, com projetos alternativos para democratizar terrenos recém contestados ou seja uma sociedade com normativas e formas socioculturais (Cohen, 1985).

Essa nova sociedade chamada pós-industrial que rompeu com o sistema de acúmulo e controle social, bem marcado pela força de trabalho, agora alimentada por um sistema mais complexo que aumentou a sua intervenção para além do ambiente, facilitando a sua mediação tanto nos sistemas sociais e relações interpessoais quanto nas estruturas dos sujeitos em identidades e necessidades.

Podemos dizer que as mudanças produzidas com as novas configurações na sociedade da pós-industrialização impactaram em conflitos sociais na vida privada por antes ter o foco na economia e no avanço do desenvolvimento industrial, e assim, os personagens causadores dos conflitos também se transformaram, sendo conhecidos não por uma classe trabalhadora causadora de conflitos e sim por grupos sociais diversos (Melucci, 1999).

Nesse sentido, a identidade pessoal e social dos sujeitos passou a ser percebida na sociedade pós-industrial como objeto de manipulação social fazendo surgir conflitos entre a agência de dominação e os sujeitos que sonhavam com uma vida mais humana e afetiva, sendo questionada pelos movimentos dos grupos sociais diversos. É nesse âmbito que se insere os Fóruns de EJA do Brasil como novo movimento social que se recria cotidianamente na adversidade de situações que enfrentam (Gohn, 2015).

Os Fóruns de EJA atuam na defesa de uma educação pública, gratuita, laica, antirracista e de qualidade social para todos e todas. Gohn, (2015, p.13) “vê os movimentos, como ações sociais coletivos de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas”. Assim, essas demandas, necessitam de forças e ações concretas que variam de estratégias de denúncias, mobilizações, negociações, e até mesmo a desordem,



consideradas como desobediência.

Os movimentos sociais populares, no cenário de efervescência, ficaram famosos no final dos anos 1970 e parte dos anos 1980, sob a liderança dos movimentos de base cristã e de pessoas insatisfeitas com o regime militar. É imperioso afirmar que os movimentos sociais dos anos 1970/1980, foram incisivos com suas lutas e pressões para a conquista de vários direitos sociais posto na Lei da Constituição brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Gohn (2015) destaca que, nos anos 1990, os movimentos sociais de trabalhadores da educação se fortaleceram ao se organizarem em sindicatos para enfrentar as reformas governamentais que restringiam direitos sociais, modificavam as profissões e reduziam salários sob a justificativa dos ajustes fiscais. Cabe mencionar, que as pautas de reivindicação do movimento popular pela educação, não fez com que tivesse grande visibilidade, mas a parceria com outros atores atuantes, levou a mobilização pela promulgação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 9394/96.

É nesse contexto apresentado, que o Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), se insere, como um evento de grande relevância, organizado coletivamente por diversos seguimentos que reúne estudantes, professoras/es, gestoras/es, pedagogas/os, professoras/es universitárias/os, pesquisadores e militantes de movimentos sociais, caracterizando-se como espaço de diálogo e trabalho do movimento nacional dos Fóruns de EJA do Brasil.

A sua primeira edição aconteceu no ano de 1999, no Rio de Janeiro que “visou contribuir para a ampliação e a melhoria da qualidade da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil”(França; Cearon, 2012, p.65), constituído- se como um espaço de articulação, debate e construção coletiva de propostas para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a EJA, até o ano de 2009, os encontros eram realizado anualmente, depois passou a ser realizado a cada dois anos, reunindo delegados e observadores de todos os estados brasileiros, representantes dos Fóruns Estaduais de EJA, para discutir e propor políticas públicas que atendam às necessidades específicas dos educandos da EJA.

É importante ressaltar que a cada edição do encontro, o tema abordado se difere dos anos anteriores, são temas relevantes para a modalidade, que são discutidos



em mesas-redondas, grupos de trabalho e plenárias. Esses temas geralmente incluem a alfabetização de adultos, a formação continuada de educadores, a valorização dos saberes e práticas dos educandos, e a promoção de uma educação emancipatória e crítica, fundamentada nos princípios de Paulo Freire e de uma educação decolonial.

Esses encontros nacionais eram organizados por diversas entidades e instituições como UNESCO, Ministério da Educação e Cultura, Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Serviço Social da Indústria, Conselho de Educação de Adultos da América Latina, Movimento Social dos Trabalhadores, Universidades, Conselho Municipal de Educação, Secretarias municipais com a representação maior dos Fóruns de EJA do Brasil.

O ENEJA é um espaço participativo e democrático em que as vozes são valorizadas e escutadas. Nesse contexto, existe um processo de preparação e organização que antecede o evento, sendo um diferencial. A cada encontro, são realizadas uma série de reuniões preparatórias, conhecidas como "esquentas", que têm como objetivo preparar os delegados e observadores para os debates e discussões que ocorrerão no evento principal. Essas reuniões incluem momentos formativos, discussões sobre temas prioritários e a elaboração de propostas que serão apresentadas e debatidas durante o ENEJA. Os "esquentas" também servem para alinhar os objetivos e expectativas dos participantes, garantindo uma participação mais efetiva e qualificada no encontro nacional.

Além de ser um espaço de construção coletiva de políticas públicas, o ENEJA também desempenha um papel fundamental na formação política e cidadã dos participantes. Ao promover o debate sobre temas centrais para a Educação de Jovens e Adultos. O ENEJA contribui para a conscientização dos educadores e dos próprios educandos sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãos, fortalecendo o compromisso de todos com a luta por uma educação pública, democrática e plural. O encontro é, portanto, um espaço de resistência e de luta, onde se busca construir uma Educação que seja, ao mesmo tempo, crítica, emancipatória e transformadora, capaz de romper com a lógica excludente e colonizadora que ainda marca a sociedade brasileira.

Sendo assim, o ENEJA é um evento representativo para a Educação de Jovens e Adultos no país, que apresenta proposição de políticas públicas, com vistas a lutar



pela garantia e efetivação do direito à Educação de qualidade para todos os sujeitos trabalhadores/as, independentemente de sua idade, raça, gênero ou condição socioeconômica, tendo os Fóruns de EJA como seus mediadores no fortalecimento dessa luta.

1.2 XVIII ENEJA 2024

Engajados pelo desejo de fortalecer a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o coletivo dos Fóruns EJA, junto com Pesquisadores, Organização não governamental, universidades públicas, realizou o XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), na cidade de Belém do Pará nos dias 01, 02,03 e 04 de agosto de 2024. Um evento que conforme Anjos e Santos (2023, p.04) aponta que “as vítimas, uma vez excluídas da comunidade de comunicação hegemônica, buscam se organizar em uma nova comunidade de comunicação, agora crítico-simétrica e anti-hegemônica”, na perspectiva da Ética da Libertação Dussel (1977), os sujeitos participantes do evento em comunhão rompem com a estrutura colonial, a partir das estratégias organizadas pelos movimentos sociais, nesse caso os coletivos dos Fóruns de EJA.

Foi um evento democrático, em que todas e todos participaram da discussão, com as propostas e proposições sugeridas pelos grupos de trabalho para a fomentação e fortalecimento das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos no Brasil. O encontro deste ano teve como tema central **"Educação, Democracia e Participação Popular: fundamentos para uma política pública nacional de EJA,"** refletimos e construímos uma agenda política de desafios e enfrentamentos, para a garantia da Política Nacional que garanta o direito à Educação da classe trabalhadora. Assim como, discutimos sobre as práticas democráticas e inclusivas no planejamento e implementação de ações educativas para a EJA.

A preparação e organização deste evento foram processos colaborativos, envolvendo uma série de etapas e atividades prévias para garantir sua efetiva representatividade, portanto,

A principal questão e o principal desafio para os Fóruns de EJA do Brasil é compreendermos que a política de EJA está em disputa, ela sempre esteve e é fundamental que a gente compreenda qual é a nossa necessidade de organização e mobilização para fazer frente aos vários interesses que representam ou estão representados nos campos que disputam essa política. (Boletim, Fórum EJA, 2024, p.03)



Isso comprova que o cenário envolveu diversos sujeitos, uma série de reuniões de planejamento que aconteceram ao longo de meses, organizadas pela coordenação colegiada do evento. Acontece que cada estado brasileiro indica um representante para participar dessas reuniões, criando assim um espaço colegiado de discussão e decisão. Nessas reuniões os participantes desde os objetivos aos principais aspectos organizacionais do evento, como definição da temática central, detalhes logísticos como escolha do local, infraestrutura necessária, cronograma de atividades, e seleção de participantes.

O ENEJA é um evento que vai de encontro ao projeto que domina e aliena o sujeito, e o faz burocrático (Dussel, 1977) com a pedagogia da dominação. Ao contrário, dessa pedagogia que exclui, no evento os representantes de cada estado desempenharam um papel importante na organização do ENEJA, garantindo que todas as regiões do país tivessem representadas e que as especificidades de cada Fórum ali representado, fossem consideradas na formulação das pautas, na organização das mesas de discussão e grupos de trabalho. Esse é um processo colegiado, que reforça o caráter democrático e inclusivo do evento, assegurando que as vozes dos sujeitos oprimidos e vítimas desse sistema, fossem ouvidas e que as propostas apresentadas refletissem as especificidades dos sujeitos em sua experiências e realidades educacionais.

Não se constrói pauta de luta, sem um planejamento formativo. E esse momento foi destinado aos delegados e observadores de cada Estado. Esses momentos formativos ocorreram online e foram organizados com o objetivo de capacitar os participantes sobre os temas que seriam discutidos durante o encontro. E nesse sentido,

As relações comunitárias (para além da intersubjetividade cotidiana ou sistêmica, constitutiva do sujeito singular) configuram o âmbito propício para o processo de desenvolvimento da racionalidade ético-crítica (processo de conscientização). É, portanto, ao nível da intersubjetividade-comunitária que os sujeitos éticos fazem a experiência dialógica. (Anjos; Santos, 2023, p. 7)

De acordo com o pensamento dos autores, os temas variavam de acordo com as necessidades identificadas por cada grupo representante dos fóruns, mas sem perder de vista a questão central que foi a Política Nacional de EJA. Dessa forma, o diálogo em Freire, é uma categoria comunicativa que o sujeito consegue chegar a um consenso existente entre o que a Pedagogia do Oprimido apresenta e a Ética da Libertação: como um processo ético capaz de ser desenvolvido a partir da racionalidade dialógica bastante ativa no relacionamento com a comunidade inerente à práxis da educação libertadora na



formação dos novos sujeitos em processos constituintes (Anjos; Santos, 2023)

Para além das reuniões de planejamento tivemos os "esquentas", encontros preliminares onde especialistas, educadores e educandos se reuniam para discutir as temáticas que seriam aprofundadas durante o ENEJA. Os "esquentas" serviram como uma espécie de prévia dos debates, proporcionando um espaço para a troca de ideias e a construção coletiva de conhecimentos. Os esquentas são momentos de formação política continuada para o encontro do ENEJA.

Um dos esquentas de maior destaque foi realizado com os educandos da EJA como protagonistas, enfatizando a importância de ouvir as vozes daqueles que são diretamente impactados pelas políticas de EJA. Essa atividade permitiu que os educandos compartilhassem suas experiências e perspectivas, enriquecendo ainda mais os debates que ocorreriam durante o encontro.

A escolha da temática "Educação, Democracia e Participação Popular" foi orientada pela necessidade de refletir sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Durante o desenvolvimento do XVIII ENEJA percebemos o quanto as práticas decoloniais estavam presentes, um evento contra a colonização, desafiando práticas educacionais hegemônicas e promovendo uma educação libertadora em que a palavra é, para Freire, práxis. “Daí, que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (Freire, 1977, p. 91). Nessa lógica, é preciso reconhecer e valorizar os saberes construídos no evento, como nos ensina Freire (2014), porque senão essas palavras poderão virar verbalismo ou palavras ocas.

Segundo esse pensador, a educação deve ser um espaço de emancipação, onde os sujeitos possam reconhecer suas próprias histórias e direitos, rompendo com a lógica colonizadora que historicamente negou e invisibilizou suas contribuições. Essa perspectiva decolonial e freiriana foi central para as discussões do XVIII ENEJA, guiando as propostas e ações formuladas durante o evento, e reafirmando o compromisso dos Fóruns de EJA do Brasil com uma educação transformadora e inclusiva.

O XVIII ENEJA, portanto, não foi apenas um espaço de discussão e formulação de propostas e proposições políticas, mas também um evento de fortalecimento da luta por uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos em todo o Brasil. A partir das contribuições dos participantes, o encontro reafirmou a



importância dos Fóruns de EJA do Brasil como espaços de resistência e de proposição, fundamentais para a construção de uma política diferenciada justamente para atender a EJA. Através do diálogo e da construção coletiva, o encontro fortaleceu o movimento em defesa da EJA, apontando caminhos e estratégias para superar os desafios atuais e futuros.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CONTEXTO DO XVIII ENEJA

O XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos é um evento dinâmico, com muitas discussões e construções coletivas. Foi realizado no mês de agosto em Belém/ Pará do corrente ano. Foi fomentado diálogos a partir de mesas temáticas e grupos de trabalho que se preocupam com os sujeitos jovens, adultos e idosos. Sujeitos esses que formam um caldeirão na diversidade e heterogeneidade (Silva, 2018), alguns encontram-se no mercado de trabalho, muitos outros estão desempregados e que enxergam na EJA, a oportunidade de recuperar a sua autoestima e a chance de concluir sua escolarização para se inserir no mercado de trabalho.

É preocupante a situação em que se encontra o país, com setenta milhões de jovens, adultos e idosos que ainda não concluíram a escolarização básica. Nesse sentido, conforme é que nós dos Fóruns de EJA do Brasil nos reunimos durante esses quatro dias para compartilhar nossas inquietações e intenções com pautas elaboradas coletivamente e sistematizar as proposições de luta. E assim cobrar dos sistemas de ensino que assegurem a oferta adequada, específica a estes sujeitos, que ficaram fora do meio educacional sem acesso à escolarização no momento que deveriam fazer do direito inalienável obrigatória (Brasil, 2000).

Na atualidade a EJA vivencia um quadro de educandos cada vez mais de adolescentes que passaram por diversas reprovações no diurno e como forma de punição vão parar na EJA. São adolescentes que passaram por processos de agressões domésticas e que por vezes, saíram de casa para conviver com parentes e portanto tiveram que trabalhar e dessa forma, partir para o mercado de trabalho, por eles, nós sugerimos oferta que seja compatível a sua idade com garantia de acesso e permanência em horário que não lhe negue o direito social, e assim reparar a falha que o (IBGE, 2022) aponta no Brasil entre as 49 milhões de pessoas de 15 a 29 anos de idade, 20/ % não estavam estudando.

A conquista da educação de jovens e adultos é reconhecida a partir de muitas



discussões envolvendo os movimentos sociais, para tanto, é necessário reconhecer a luta dos Fóruns de EJA do Brasil nessa corrida com mobilizações, denúncias, proposições e anúncios, para Freire (1977, p.92) “Não há denúncia verdadeira sem compromisso de transformação, nem este sem ação”. E, para problematizar as denúncias e realizar as transformações tivemos as mesas temáticas: **Política Pública Nacional que garanta o direito à educação da classe trabalhadora: ingresso, permanência e conclusão da educação básica com qualidade socialmente referenciada; Da luta pela democracia ao direito à EJA: a educação na perspectiva popular e currículos emancipatórios; As ações dos Fóruns de EJA como instrumento político na luta pela democracia e pelo direito à educação pública: formação política, diálogo e participação dos movimentos sociais**, no XVIII ENEJA concebidas como espaços de problematização e reflexão crítica.

As mesas temáticas por meio da interlocução entre os movimentos sociais e as esferas governamentais (Silva, et al 2024), tiveram a presença de diversos representantes do poder público em nível nacional, incluindo representantes da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), a professora Zara Figueiredo e a professora Cláudia Borges. Contou também com a presença do professor pesquisador Luís Dourado e o senhor Pedro educando da EJA, especialistas, gestores públicos, representantes de movimentos sociais, assim como, outros atores que oferecem diferentes perspectivas sobre as políticas educacionais para fortalecer a modalidade.

Assim, ficaram as mesas: Mesa de Abertura intitulada “De uma Política de Governo ao Pacto, uma Política de Estado, o PNE” com os convidados: Zara Figueiredo (SECADI); Luiz Dourado (ANPAE); Mesa de problematização (1): A Política de EJA e as Diretrizes Curriculares e Operacionais. Convidadas: Salomão Hage (UFPA), Claudia Borges – DEPEJA/SECADI; Mesa de problematização (2): A Política de EJA no legislativo, nos Executivos e Conselhos Estaduais e Municipais. Convidados: Professora Araceli Maria Pereira Lemos (SEMEC) -Pará; Paulo Gabriel (Conselho Estadual Bahia)

Os grupos de trabalho (GTs) com debates potentes e significativos sobre questões específicas relacionadas à EJA, formados por educandos e educadores da EJA, gestores de diversas entidades, presidentes de sindicatos de trabalhadores da educação, e representantes de movimentos sociais, como o presidente do sindicato dos catadores do Ceará. Essa diversidade de participantes garantiu que as discussões fossem ricas e que



diferentes pontos de vista fossem considerados na formulação das propostas para a EJA.

Para haver melhor entendimento e democracia na hora das discussões a coordenação utilizou de uma estratégia bem assertiva, durante o credenciamento, os participantes recebiam o crachá com seu nome, com um círculo em cor diferenciada, facilitou a identificação e a organização dos grupos. Cada GT focou em uma questão norteadora específica, como "Quais são as barreiras para a inclusão efetiva na EJA?" ou "Como podemos melhorar a formação continuada dos professores da EJA?". Essas questões serviram como ponto de partida para as discussões e permitindo o diálogo entre os participantes democraticamente.

Ao final das atividades dos GTs, foram elaboradas quatro proposições principais, que refletiam as discussões ocorridas durante o encontro. Essas proposições foram apresentadas na plenária final e, após um debate coletivo, foram aprovadas para compor o documento final do XVIII ENEJA. O encontro foi organizado de maneira que houvesse a participação e envolvimento dos todos os presentes, com inscrições que garantiu a representatividade dos diferentes segmentos em que houve a interação e colaboração de maneira efetiva, criando um ambiente saudável e acolhedor.

Vale ressaltar que a EJA também é cultura, além das discussões acadêmicas e políticas, o XVIII ENEJA traz a mística de abertura, de movimentação com momentos culturais, exposições de arte, apresentações de manifestações culturais, entendendo a cultura como parte fundamental do processo educacional, e outras atividades que refletiam a riqueza e a diversidade das culturas dos educandos da EJA.

Além das mesas temáticas e os grupos de trabalho, o XVIII ENEJA a cada final de encontro foram realizadas reuniões por regiões as quais os Fóruns estavam representados. Essas reuniões aconteciam para abordar questões específicas enfrentadas em cada região, permitindo que os participantes discutissem desafios e estratégias em um contexto mais localizado. As reuniões regionais também proporcionaram um espaço para fortalecer as redes de apoio e colaboração entre os diferentes Fóruns de EJA, promovendo uma integração mais efetiva e um diálogo contínuo entre os estados.

O movimento em defesa da EJA, reuniu uma diversidade de vozes e experiências, afirmando compromisso para/com uma educação inclusiva, democrática e de qualidade social e referenciada com ações e estratégias para todos os jovens, adultos e idosos no Brasil. O evento contou com a participação de diversos segmentos da



sociedade, engajados na luta pela defesa e fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos. Um espaço democrático de discussão e construção de proposições onde o diálogo foi o instrumento principal para chegar ao consenso de uma ação transformadora (Freire, 1978).

Os participantes vieram de vários lugares, cada um trazendo uma perspectiva única e valiosa para as discussões. Entre os participantes estavam educadores e educandos da EJA, que atuam diretamente na educação básica e no ensino superior, trazendo suas experiências práticas e propostas de melhoria para a modalidade; representantes de movimentos sociais, que destacaram a importância da EJA como um direito humano fundamental de transformação social; gestores escolares, que contribuíram com suas visões sobre políticas de gestão. Além de presidentes de sindicatos de trabalhadores da educação, representantes de organizações não governamentais, pesquisadores e especialistas em educação de jovens e adultos.

3 CONCEPÇÃO DA AUTORA SOBRE O XVIII ENEJA

Os diferentes grupos não representavam apenas suas instituições ou movimentos, mas estavam atuando como representantes da militância em defesa da EJA, unidos pela causa comum de promover uma educação que responda às necessidades dos jovens, adultos e idosos que buscam continuar sua formação.

É importante citar como é feita a escolha para participar do ENEJA, seguem critérios estabelecidos pela "Carta de Princípios", que define os requisitos para integrar os membros do Fórum no evento. Esses critérios incluem o engajamento na EJA, representatividade de diferentes estados e regiões, e o compromisso com a luta por uma educação de qualidade para jovens, adultos e idosos. Inclui também, passar por momentos formativos e "esquentas", reuniões preparatórias essenciais, atividades de formação política dos delegados e observadores por estado e debates sobre as temáticas específicas de cada ENEJA, garantindo que todos cheguem ao evento preparados e bem-informados.

No encontro os participantes mostraram que adquiriram uma compreensão mais profunda das políticas educacionais, dos processos de construção de políticas públicas, estimularam o engajamento social, intercâmbio cultural, fortalecendo redes de contatos entre as diferentes pessoas para uma visão plural que envolve a EJA, a partir dos



questionamentos.

E assim, Anjos e Santos (2023, p.04) assevera que “[...] o reconhecimento crítico da realidade opressora torna-se o motor da ação libertadora[...] porque “[...] “a ação de libertação: reflexão e ação, práxis de libertação”, nesse processo de espaço político leva os sujeitos a perceberem que situações de exclusão os leve a disputa por transformações.

Conforme destaca, Freire(2014), educação é um ato político voltado para a libertação dos oprimidos e para a construção de uma educação justa, igualitária, que valorize e potencialize os saberes e experiências dos educandos, transformando-os em protagonistas de suas próprias histórias.

O Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos mostrou que é muito mais do que um evento, é um projeto de libertação como uma utopia possível, que busca consolidar políticas para fortalecer uma EJA para o agora, que respeite suas identidades próprias que gere novos e diferentes alternativas de atendimento para que seus sujeitos possam consolidar os seus sonhos e transformar suas realidades.

CONSIDERAÇÕES E CONCLUSÕES DO ENCONTRO

O XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), realizado em Belém do Pará, reafirmou a importância dos Fóruns de EJA como movimentos sociais mobilizadores na luta pelo fortalecimento e garantia do direito à educação para os jovens , adultos e idosos, evidenciando o evento como importante espaços na defesa de uma educação democrática, inclusiva e decolonial.

Fortalecer as políticas públicas para a EJA, especialmente em um contexto de crescentes desafios sociais e políticos é tarefa de todos que estiveram presentes nos quatro dias, pois somos sujeitos de subjetividades e que precisamos fazer o enfrentamento contra as políticas de retrocessos que paralisou a EJA por falta de continuidades de seus projetos.

O ENEJA proporcionou um ambiente onde todos que estavam presentes saíram esperançosos de que podemos tornar possíveis as proposições aprovadas na plenária do evento, pois re colocamos no governo um presidente democrático, um governo que abriu espaço para que os Fóruns apresentassem as demandas da EJA. A presença da representante do Ministério da Educação no encontro foi essencial para que os educadores, educandos, gestores, representantes de movimentos sociais,



universidades e ONGS realizassem suas atividades fazendo denúncias e anunciando também.

As mesas de discussão e os grupos de trabalho refletiram a diversidade demandas presentes na modalidade, abordando temas como o financiamento da EJA, a formação continuada de professores, a inclusão de práticas pedagógicas e a promoção de políticas que valorizem a diversidade cultural e social dos educandos.

Um dos pontos de destaque do encontro foi a apresentação e aprovação de propostas concretas para o fortalecimento da EJA em nível nacional. As proposições discutidas e aprovadas em plenária final refletem o compromisso dos participantes em promover uma educação que não apenas responda às necessidades imediatas dos jovens, adultos e idosos, mas que também contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

As propostas aprovadas no XVIII ENEJA serão bandeiras de luta e cobrança dos Fóruns de EJA nos próximos anos, especialmente no que tange ao cumprimento do Pacto Nacional pela Superação do Analfabetismo e Qualificação da Educação de Jovens e Adultos. Ressaltamos a importância da participação ativa dos educandos na construção de políticas públicas, reconhecendo-os como protagonistas de suas próprias trajetórias, com participação e empoderamento nas falas e sendo ativo nos GTs.

Percebemos que o ENEJA reforça a ideia de que a educação de jovens e adultos deve ser um espaço de construção de conhecimento crítico, que valoriza as experiências, os saberes e fazeres dos sujeitos educandos, rompendo com práticas colonizadoras e promovendo a justiça social.

Contudo, o encontro também evidenciou os desafios persistentes enfrentados pela EJA em todo o país. A falta de compromisso de algumas esferas governamentais segundo alguns membros do fórum ainda é grande. A escassez de recursos e a necessidade de maior articulação entre os diversos atores envolvidos foram apontados como obstáculos a serem superados. Além disso, a dificuldade de transformar as proposições aprovadas em ações concretas e efetivas requer um esforço contínuo de todos os envolvidos na luta pela educação de jovens e adultos.

Como resultados esperados, o XVIII ENEJA reafirma seu papel como um espaço de resistência e luta pela educação de jovens, adultos e idosos através dos Fóruns de EJA do Brasil. Os desafios são muitos, mas o compromisso e a determinação dos



membros participantes demonstram que é possível avançar na construção de uma educação que supere o 11,4 milhões de pessoas não alfabetizadas com 15 anos ou mais (IBGE, 2022).

Os Fóruns de EJA, fortalecidos por este encontro, continuam a desempenhar um papel de influenciar e tensionar políticas públicas. Os desafios são muitos, mas a determinação nos faz compreender que a prática libertadora e libertária concreta na educação antevê novos cenários, nesse sentido é preciso humanizarmos nossos coletivos e nos libertarmos. E assim, ao finalizar um encontro, logo, anunciamos o planejamento do próximo ENEJA, que acontecerá em 2026 no Distrito Federal em Brasília,

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Edemilson Pereira dos; SANTOS, Luciano Costa. Intersubjetividade-comunitária e educação libertadora: a conscientização na comunidade crítico-simétrica. **Revista Práxis Educacional, Vitória da Conquista**, v. 19 n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei n. 9394, de 20.12.96**, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário da União, n 248,23 dez. 1996.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos**. CNE/CEB, MEC, 2000.

COHEN, Jean L. **Strategy or Identity: New Theoretical Paradigms and Contemporary Social Movements**, *Social Research*, 52:4 (1985: Winter) p.663

DUSSEL, Enrique. **Para uma Ética da Libertação Latino-americana**. Tradução: Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola; Piracicaba: UNIMEP, 1977b. (Coleção Reflexão Latino-americana, Erótica e Pedagógica, vol. 2, tomo III

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977

FREIRE, Paulo Freire. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. ver. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

FORUM EJA BRASIL. **XVIII ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – XVIII ENEJA**. Belém do Pará - Brasil - 01 a 04 de agosto



de 2024.

FORUM EJA BRASIL. Boletim informativo do XVIII Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA).

GOHN, Maria da Glória **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**/ maria da Glória Gohn (organizadora), 7.ed.-Petrópolis, RJ:Vozes,2015.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, Contínua. Educação. 2022. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102002_informativo.pdf. Acesso em: 11 ago. 2024

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. El Colégio de México, 1999

OLIVEIRA, Angelo Dantas de, NASCIMENTO, Antônio Dias e HETKOWSKI, Tânia Maria. Decolonizar o Povo para Descolonizar os Sistemas de Educação: entre as Fissuras e Semeaduras. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19 n. 50, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.12042

Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024) ISSN: 2595-7945 GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

SILVA, Cristina Ferreira da. A Permanência dos Estudantes da Educação de Jovens e Adultos na Escola: Um Estudo sobre as Práticas Gestoras no Município de Irará - BA / Cristina Ferreira da Silva – Salvador, 2018. Dissertação de Mestrado 174f.

SIQUEIRA, Luiz Carlos Carvalho. Constituição da Educação de Jovens e Adultos como campo disciplinar no Brasil: disputas e articulações discursivas nos ENEJA. / Luiz Carlos Carvalho Siqueira. – Recife, 2023. Tese (Doutorado) 145 f.: il.

